



'Foca na Pauta'

Representação de negros e mulheres na política é insuficiente, dizem ativistas

Grupos considerados minorias têm dificuldade para ganhar espaço no Poder Legislativo.

HÁ 2 DIAS · EM EDUCAÇÃO

Ativistas veem insuficiente representação de negros e mulheres na esfera política

Grupos considerados minorias têm dificuldade para ganhar espaço no Poder Legislativo.



Por Isabella Lima, Nathália Archanjo e Nathalia Perez*
15/09/2018 07h22 · Atualizado há 2 dias



Júlio Evangelista, do Educafro, critica acesso limitado à renda e escolaridade — Foto: Arquivo Pessoal

Um dos princípios básicos de uma democracia é a igualdade. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 55% das pessoas no país se declaram negras ou pardas, enquanto as mulheres representam 51% da sociedade. No entanto, representantes de movimentos em defesa dos direitos dos negros e das mulheres sentem que esses grupos são sub-representados. “Somos uma maioria minorizada”, afirma o professor Júlio Evangelista, de 41 anos, coordenador do Projeto Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro).



Ele argumenta que o Senado tem apenas três integrantes negros eleitos, entre 81 membros, e a Câmara Federal, menos de 25 deputados afrodescendentes em meio aos 513 com mandato até dezembro. “Se somos 55% da população, por que não estamos nessa porcentagem no ambiente político?”, questiona.

Evangelista acredita que essa baixa representação se deve ao “racismo institucional e estrutural”. “Temos acesso precário a renda e escolaridade, fatores que dificultam a promoção da igualdade nesse processo”, diz o professor. “Até temos um volume significativo de candidatos negros, mas somos a maioria dos que têm formação escolar incompleta e, portanto, pouca ou nenhuma estrutura financeira”. Para ele, essa condição tem relação direta com o baixo número de votos.

O racismo, para o coordenador do Educafro, é um fator de exclusão, por impedir a inserção dos negros em todas as esferas da sociedade. “É uma barreira transversal que atinge todas as camadas e setores, da educação ao trabalho, da saúde à Previdência Social, da segurança ao meio ambiente. O acesso a esses direitos pela população negra é mais difícil”, avalia.

Júlio Evangelista vê questões importantes e pontuais para a população negra no Brasil, que vão além da disputa entre esquerda e direita. A situação, para ele, só poderia ser mudada se houvesse representatividade no Poder Legislativo. “Quanto mais representatividade tivermos nas casas legislativas e no Executivo, teremos mais efetividade no quesito legitimidade e mais poder para colocar em pauta as políticas de promoção da igualdade”.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



O professor de História e Cultura Social César Agenor, de 36 anos, diz que outro fator que dificulta a representatividade das minorias no Legislativo é a “perpetuação” dos candidatos eleitos. Ele menciona como exemplo casos de deputados que estão no quarto mandato.

Desde a proclamação da República, a política no Brasil não foi feita, necessariamente, para ser de acesso a todos, aponta Agenor. E mesmo no processo democrático, quando se estabeleceu o monopólio dos partidos, a situação acabou se perpetuando, segundo ele.

Mesmo reconhecendo que houve avanços importantes em relação aos direitos das minorias, que passaram a ter voz e espaço na mídia, o professor é menos otimista quanto ao alcance nas esferas de poder. “Diretamente, como representação política, a participação é pouca mesmo”.

Agenor explica que a diversidade é importante para a democracia, por permitir que todos tenham a possibilidade de colocar as respectivas pautas em discussão. Além disso, para ele, é preciso dar espaço aos diferentes grupos sociais na política, para que os que fazem parte deles, de modo global, entendam elementos essenciais, como a importância do voto, e o que é um quociente eleitoral. “Como se discute uma pauta de interesse das mulheres, com uma baixa representatividade delas? Isso impede que se discutam, efetivamente, essas políticas”.



Coletivo Maria Vai Com as Outras, durante ato em Santos: em busca de participação política — Foto: Aldenir Dias/Arquivo Pessoal

Candidatas 'laranjas'

A professora Aldenir Dida Dias, de 61 anos, participante do Coletivo Feminista Classista Maria Vai Com as Outras, afirma que a ausência de participação feminina e de políticas públicas destinadas às mulheres é reflexo do machismo. “Nós vivemos em um país patriarcal, machista e racista. O Brasil esconde sua história. Não discutimos esses assuntos, nem no ambiente educacional, nem na sociedade em geral. Isso explica por que, aqui, as mulheres estão em pouco número na política”, afirma.

Aldenir acredita que as cotas nos partidos não são eficazes, e que candidatas mulheres são colocadas na disputa apenas como “laranjas”. Por essa razão, ela defende discussões sobre igualdade de gênero nos ambientes político e educacional. “Se não discutirmos isso a sério, continuaremos resolvendo artificialmente o problema”.

A professora considera negativo que assuntos como igualdade salarial e feminicídio sejam discutidos em um ambiente legislativo onde, basicamente, só há homens. “Temos que refletir sobre o conceito de democracia, pois essa falta de mulheres na política faz com que a nossa presença e os nossos direitos não sejam efetivamente reconhecidos”, lamenta.

As mulheres, diz Aldenir, têm um papel importante na economia, na família e na educação, mas ainda são pouco representadas em outros segmentos fundamentais. “Se pensarmos em políticas públicas, como segurança, vemos que ainda há um grande número de casos de violência sexual, mas muitas delegacias da mulher funcionam apenas em horário comercial. Não tem horário para as mulheres sofrerem violência”.

**Sob supervisão de Ivair Vieira Jr, do G1 Santos*